

VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo 10 e 11 de setembro de 2009 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP

# Metodologia da Pesquisa de Campo no Projeto Inventário da Oferta Turística do Município de João Pessoa – PB: Caminhos e Descaminhos

Anna Karla Cavalcante Moura<sup>1</sup>
Cibelle Batista Gondim<sup>2</sup>
Lívia Lima Pinheiro<sup>3</sup>
Vera Lúcia de Almeida Simões<sup>4</sup>

#### Resumo

Partindo do pressuposto que a forma mais adequada para desenvolver o turismo é com planejamento, o Ministério do Turismo estabeleceu o Inventário da Oferta Turística, primeira etapa deste processo, como requisito fundamental para que os municípios recebam investimentos federais na atividade. A Secretaria de Turismo do Município de João Pessoa, reconhecendo a importância deste processo, tornou o inventário uma das prioridades entre os seus projetos e busca fazer de João Pessoa, a primeira capital brasileira a ser inventariada de acordo com a metodologia desenvolvida pelo Ministério. Para que a realização do inventário fosse possível, foi necessário o desenvolvimento de uma estratégia de pesquisa de campo, pois esta etapa da pesquisa é contemplada nos manuais do Ministério de maneira muito superficial. Este trabalho objetiva fornecer contribuições para o aprimoramento da pesquisa de campo no Projeto Inventário da Oferta Turística, tomando por base a experiência adquirida no município de João Pessoa, os erros e acertos, evidenciados a partir da observação participante das professoras orientadoras e da coordenadora do projeto, bem como da análise do processo e do feedback fornecido pelos alunos pesquisadores.

**Palavras-chave:** Inventário turístico. Pesquisa de campo. Metodologia. Planejamento turístico.

#### Introdução

É comum que se discuta a importância de se desenvolver o turismo de forma sustentável, com planejamento adequado, participação da comunidade local, aproveitando-se de maneira responsável todo o potencial que uma localidade tem a

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Bacharel em Turismo.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Mestra em Administração, Bacharel em Turismo, Professora de Turismo da Universidade Federal da Paraíba.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Bacharel em Turismo.

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Doutoranda em Administração, Mestra em Administração, Bacharel em Turismo, Professora de Turismo do Instituto de Educação Superior da Paraíba.



VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo 10 e 11 de setembro de 2009 — Universidade Anhembi Morumbi — UAM/ São Paulo/SP

oferecer. Uma atividade econômica que tem o potencial de impactar a localidade onde está inserida de maneira profunda, tanto positiva como negativamente, não deve ser desenvolvida de maneira amadora, empírica, a partir da lógica da tentativa e erro. Nestes casos, a falta de planejamento pode trazer danos irreversíveis para as localidades.

A partir do momento em que se passa a encarar o planejamento como condição indispensável para o desenvolvimento sadio da atividade turística, o inventário turístico, primeira etapa do planejamento, adquire relevância e passa a ser uma etapa obrigatória na gestão do turismo.

Dentro deste contexto, o Ministério do Turismo estabeleceu como um dos três projetos do Macroprograma de Regionalização, o Inventário da Oferta Turística, requisito fundamental para que os municípios recebam investimentos federais na atividade turística. A Secretaria de Turismo do Município de João Pessoa, tendo em vista a importância deste processo, também tornou o inventário uma das prioridades entre os seus projetos e atualmente busca fazer de João Pessoa, a primeira capital brasileira a ser inventariada de acordo com a metodologia desenvolvida pelo Ministério.

Embora o Ministério tenha sido o responsável pelo desenvolvimento da didática e metodologia única a serem seguidas na execução dos inventários dos municípios brasileiros, para que a realização do inventário de João Pessoa fosse possível, foi necessário o desenvolvimento de uma estratégia de pesquisa de campo, pois esta etapa da pesquisa é contemplada nos manuais do ministério de maneira muito superficial.

Este trabalho visa fornecer contribuições para o aprimoramento da pesquisa de campo no Projeto Inventário da Oferta Turística, tomando por base a experiência adquirida no município de João Pessoa, os erros e acertos, evidenciados a partir da observação participante das professoras orientadoras e da coordenadora do projeto, bem como da análise do processo e do feedback fornecido pelos alunos pesquisadores. Tratase, assim, de um relato de experiência que pode vir a levantar um debate sobre a metodologia de pesquisa de campo empregada no processo de planejamento turístico.

## O Projeto Inventário da Oferta Turística

Enquanto primeira etapa do planejamento turístico, o inventário é um instrumento que busca o conhecimento profundo acerca da realidade atual, a partir da



VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo 10 e 11 de setembro de 2009 — Universidade Anhembi Morumbi — UAM/ São Paulo/SP coleta de informações confiáveis e detalhadas acerca de todos os elementos envolvidos

na cadeia turística, englobando desde a infra-estrutura básica e de suporte de um município até os seus equipamentos e atrativos turísticos.

[O inventário turístico] identifica e quantifica os atrativos, equipamentos e serviços, além de subsidiar, a partir dos dados gerados, a análise e qualificação desses atrativos, equipamentos e serviços, possibilitando a definição de prioridades para os recursos disponíveis e o incentivo ao turismo

sustentável (MTUR, 2006, p. 6).

O inventário turístico busca conhecer detalhadamente a área de pesquisa, através da coleta de dados primários - aqueles coletados a partir da pesquisa de campo por meio de formulários, entrevistas e observação *in loco* - e secundários - reunidos a partir da chamada pesquisa de gabinete que se refere à consulta bibliográfica e documental, com base em obras já publicadas, em pesquisas desenvolvidas por empresas, órgãos públicos, instituições, e por trabalhos acadêmicos (BRAGA, 2007).

É a partir do inventário que se torna possível avaliar a situação atual do turismo em uma localidade, conhecendo-se os pontos fortes e fracos, seus problemas e virtudes, para só então estabelecer estratégias e prioridades a serem trabalhadas no planejamento da atividade. Sem a realização do inventário, não se pode ter uma visão global nem específica da realidade do turismo das localidades, não se pode mensurar de maneira efetiva a oferta de apoio ao turista na cidade receptora. O inventário bem elaborado fornecerá informações de inestimável importância para a construção da próxima etapa do planejamento: um diagnóstico atual e completo que servirá de base para a tomada de decisão. De acordo com o MTur (2006, p. 12).

(...) o levantamento de informações turísticas e não turísticas, dentro dos processos de planejamento e gestão é fundamental para a elaboração de um pensamento estratégico sobre aquilo que se pretende em relação ao destino trabalhado.

O Plano Nacional do Turismo (2003-2007), desenvolvido pelo Ministério do Turismo, reúne as diretrizes da política nacional de turismo. Neste plano, o Programa de Regionalização – Roteiros do Brasil – merece destaque e, apesar do nome, atua com status de macroprograma, norteando todos os demais macroprogramas e programas do plano. Trabalhando a gestão do turismo a partir do conceito de região turística, este programa é norteado pelos princípios da descentralização, participação, cooperação, integração, flexibilidade e sustentabilidade (MTUR, 2006).



VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo 10 e 11 de setembro de 2009 - Universidade Anhembi Morumbi - UAM/ São Paulo/SP

O Projeto Inventário da Oferta Turística é uma das ações prioritárias do Programa de Regionalização e propõe uma metodologia única, padronizada, para a inventariação de todos os municípios brasileiros que tenham interesse em desenvolver o turismo. Trata-se de um projeto que deve ser um esforço conjunto entre as mais diversas esferas envolvidas. O Ministério do Turismo tem o papel de coordenar o projeto na esfera nacional, fornecendo apoio técnico, didático e metodológico para os municípios envolvidos no processo. Os órgãos oficiais do turismo nas Unidades da Federação devem coordenar o projeto na esfera estadual. Quando existem instâncias, estas devem coordenar o processo na esfera regional e os municípios, na esfera municipal, devendo providenciar tudo o que for necessário para o bom andamento do projeto. As instituições de ensino superior (IES) também participam do projeto de inventariação, oferecendo mão-de-obra capacitada, representada por professores coordenadores, professores orientadores e alunos pesquisadores, que realizam a pesquisa na prática, coletam, sistematizam, inserem e aprovam os dados do inventário no sistema online INVTUR, desenvolvido pelo Ministério do Turismo com o intuito de armazenar e organizar tais dados (MTUR, 2006).

#### O objetivo geral do Projeto Inventário da Oferta Turística é:

Levantar, identificar e registrar os atrativos, serviços e equipamentos turísticos, as instâncias de governança e a infra-estrutura de apoio ao turismo existente no país, como instrumento-base de informações para fins de planejamento e gestão da atividade turística (MTUR, 2006, p. 10).

Os dados gerados a partir do inventário deverão compor o Sistema de Informações Turísticas, com a proposta de reunir todas as informações geradas em um banco de dados único e divulgá-las através de uma estratégia de comunicação (MTUR, 2006, p. 29). Para o MTur (2006, p. 12), só assim "será possível conhecer as características e a dimensão da oferta", compreendendo-se quais as melhorias e aperfeiçoamentos necessários, quais as decisões que deverão ser tomadas, que medidas poderão levar os municípios a atingirem a sustentabilidade através do turismo. "De posse desses resultados poder-se-á planejar, investir e definir as políticas para o turismo com mais segurança e eficácia" (MTUR, 2006, p. 13).

O Brasil iniciou o seu processo de inventariação turística na década de 1960, através de um mapeamento turístico que tinha como base experiências internacionais (MTUR, 2006). Embora tenham ocorrido, posteriormente a isso, sucessivas tentativas por parte da Embratur, só em 2003, com a criação do Ministério do Turismo, o



VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo 10 e 11 de setembro de 2009 - Universidade Anhembi Morumbi - UAM/ São Paulo/SP

Inventário Turístico tomou a forma que vemos hoje. Foi a partir de então que se discutiu a necessidade de se adequar as estratégias de inventariação "ao novo modelo de desenvolvimento proposto para o turismo no país" (MTUR, 2006, p. 8).

Para a construção do novo modelo de inventariação turística do Brasil, foi instituída uma equipe técnica formada por membros da academia, que trabalharam para construir um instrumento de pesquisa único, que seria utilizado em todos os municípios do país. Para testar este novo instrumento, foi feito um Projeto-Piloto de Inventário da Oferta Turística no Rio Grande do Sul. A necessidade de se existir um sistema único de inventariação em todo o país é justificada, com as palavras do próprio MTur (2006, p. 13):

A inexistência de um sistema único, padronizado em todo o país, que congregue informações sobre a oferta turística brasileira é uma das maiores dificuldades encontradas hoje para se planejar de forma eficaz. O que se pretende é que a inventariação possibilite a composição desse sistema, de modo a organizar um conjunto de informações relacionadas à cadeia produtiva do turismo.

Através da realização dos inventários dos municípios turísticos brasileiros, poder-se-ia conhecer a realidade da oferta turística nacional.

Todas as etapas de um processo de planejamento precisam ser constantemente avaliadas e reformuladas, exigindo uma flexibilidade razoável, e o reconhecimento de que se trata de um processo de aprendizagem contínua, sendo o relato de experiências práticas um requisito fundamental para o constante aperfeiçoamento de sua implementação. Com este intuito o inventário realizado em João Pessoa, que teve início em Outubro de 2008, e ainda encontra-se em fase de aprovação do campo do professor coordenador no INVTUR para o do município, será detalhado a seguir.

# Inventário Turístico de João Pessoa: a fase da pesquisa de campo

Excetuando-se todos os trâmites burocráticos entre as três esferas do Governo, as IES, e os demais agentes envolvidos, a metodologia da inventariação de acordo com o Ministério do Turismo, deverá ocorrer em três fases: (1) pesquisa de gabinete / planejamento geral; (2) coleta de dados em campo; (3) inserção e validação dos dados no sistema online INVTUR. Neste trabalho, daremos ênfase à coleta de dados em campo, que não dispensa a primeira etapa, que é a pesquisa de gabinete.



VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo 10 e 11 de setembro de 2009 - Universidade Anhembi Morumbi - UAM/ São Paulo/SP

Embora o Ministério do Turismo tenha preparado a metodologia, feito a capacitação e providenciado todo o material didático com manuais a serem seguidos, nada se compara à experiência empírica que pode ser vivida em campo, no dia-a-dia, aprimorada a cada passo, como decorrência de erros e acertos. A ida a campo, especialmente em um município com cerca de 700 mil habitantes e de relevante interesse turístico, precisava ser muito bem planejada.

Inicialmente, em outubro de 2008, quando a etapa operacional do projeto teve início, contávamos com uma equipe composta por 150 alunos pesquisadores, sete professoras orientadoras e uma professora coordenadora. Tamanha equipe de pesquisa demanda estratégias de campo bem articuladas, para que se possa maximizar a produção, mantendo em mente a necessidade de se coletarem os dados que comporão o INVTUR.

Porém, duas professoras desistiram do processo na segunda semana de trabalho em campo, o que sobrecarregou as demais professoras e exigiu que novas estratégias fossem adotadas. Uma delas foi a adesão de uma professora voluntária para auxiliar, mesmo que esporadicamente, nas atividades de gabinete e o desdobramento de outras professoras, sendo que uma delas assumiu turmas nos dois turnos, e a professora coordenadora que passou a assumir também o papel de professora orientadora.

Os alunos participantes do projeto deveriam dedicar 20 horas semanais ao inventário, sendo a segunda, a quarta e a sexta reservadas à coleta de dados em campo, e a terça e a quinta reservadas à inserção de dados no laboratório de informática de uma das IES participantes. Este revezamento entre trabalho de campo e trabalho de laboratório era necessário porque o trabalho em campo exigia muito fisicamente dos alunos e professoras, o que seria exaustivo se feito todos os dias. Além disso, evitava-se o acúmulo de formulários a serem inseridos no sistema e aproveitava-se que todos estavam reunidos no laboratório para tirar dúvidas que eram constantes em campo (onde a turma geralmente está dispersa) ou padronizar procedimentos.

Existiam equipes de pesquisa que trabalhavam pela manhã e equipes que trabalhavam à tarde. Cada professora orientadora era responsável por uma equipe que continha, em média, 15 alunos. Posteriormente, percebeu-se que esta estratégia de divisão de turnos foi positiva, uma vez que alguns equipamentos só abrem pela manhã e



VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
10 e 11 de setembro de 2009 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP
outros só abrem à tarde. Assim, quando um aluno visitava um empreendimento que
abria em turno diferente do seu, repassava a pendência para a professora orientadora,
que deveria providenciar que alguém da equipe do outro turno a solucionasse.

Mais tarde, foi constatado que existiam empreendimentos que só abriam à noite ou nos finais de semana. Para solucionar estes casos, foram formadas equipes-extras para entrar em campo nestes horários.

Uma das principais questões, inicialmente, foi decidir como dividir os estabelecimentos que cada aluno iria inventariar. Foi decidido que trabalharíamos por bairros, com o auxílio de mapas, que dividiam o bairro em quadras numeradas. Cada professora orientadora, juntamente com sua equipe, ficaria responsável por uma área deste mapa. Os alunos foram divididos em duplas e cada dupla ficaria responsável por um número x de quadras. Optou-se por trabalhar em duplas, sempre que possível, devido a questões de segurança, e como os próprios alunos relataram, isto aumentava a confiança em campo no momento de abordagem dos entrevistados, considerando que um aluno poderia consultar o material de apoio fornecido pelo Ministério para o preenchimento dos formulários, enquanto o outro realizava a entrevista. Como muitos quesitos existentes nos formulários exigem também uma observação cuidadosa do ambiente visitado (para detectar questões como acessibilidade, por exemplo), a utilização de duplas facilitou este processo de observação qualitativa dos pontos visitados.

Anteriormente à ida a campo com os alunos, as professoras e os técnicos da Setur visitavam todas as áreas do bairro e "mapeavam" tudo o que deveria ser inventariado, escrevendo no mapa quantos empreendimentos havia em cada quadra, e sequencialmente estas informações eram passadas para uma planilha que detalhava quais seriam estes empreendimentos e que formulários deveriam ser utilizados. Esta é uma espécie de pré-pesquisa de campo. Posteriormente, esta planilha e o mapa eram repassados para estagiários da Setur, que se encarregavam de escrever em grafite os nomes de cada empreendimento no topo dos formulários que seriam preenchidos, escrevendo ainda em que bairro, quadra e localização na quadra se encontrava o empreendimento. Esta identificação de cada formulário é de suma importância, pois, muitas vezes, o aluno pesquisador não tem o discernimento de quais equipamentos na



VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo 10 e 11 de setembro de 2009 — Universidade Anhembi Morumbi — UAM/ São Paulo/SP

quadra devem ser inventariados, e além disso, este mapeamento prévio permitiu uma agilidade maior no momento da pesquisa de campo efetiva. Sem essa identificação, aspectos importantes talvez deixassem de ser incluídos no processo. Outro ponto positivo é que, caso algum equipamento deixe de ser inventariado, seja por qual motivo for, o formulário dele permanece reservado e em branco, o que facilita no momento de identificar quais os formulários que ainda estão pendentes.

Na ida a campo, devido às grandes distâncias que eram percorridas e à grande quantidade de pesquisadores envolvidos, utilizávamos sempre um ônibus para o transporte. Muitas vezes, os alunos terminavam o trabalho em um ponto do bairro e precisavam ser transportados para outro local a fim de dar continuidade ao trabalho. O ônibus também servia como transporte das universidades para o campo e vice-versa, além de servir como ponto de apoio e "escritório" para as professoras que estavam em campo. As professoras iam a campo todos os dias, acompanhando os alunos, estando disponíveis caso houvesse alguma dúvida, ou algum problema mais urgente a ser resolvido. No ônibus também ficavam guardados formulários-extras de todos os tipos para o caso de algum empreendimento ter passado despercebido durante o mapeamento prévio.

Quando os alunos estavam em campo, localizavam os empreendimentos que deveriam inventariar pelo mapa. Ao chegar ao local a ser entrevistado, eles preenchiam pelo menos um formulário neste local. Em alguns casos, era necessário o preenchimento de mais de um formulário, como no caso de hotéis que possuem restaurante aberto para não-hóspedes e estrutura para a realização de eventos. Neste caso, eram preenchidos três formulários: B1 (hospedagem), B2 (gastronomia) e B5 (eventos)<sup>5</sup>. Diferente do que é sugerido no manual do MTur, os formulários eram preenchidos em grafite, o que facilitava a organização, pois era possível apagar os possíveis erros e, posteriormente,

Equipamentos para Eventos), B6 (Serviços e Equipamentos de Lazer e Entretenimento), B7 (Outros Serviços e Equipamentos Turísticos), C1 (Atrativos Naturais), C2 (Atrativos Culturais), C3 (Atividades Econômicas), C4 (Atrações Técnicas, Científicas e Artísticas) e C5 (Eventos Permanentes).

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Existem 19 tipos de formulários assim distribuídos: A1 (Informações Básicas do Município), A2 (Meios de Acesso ao Município), A3 (Sistema de Comunicações), A4 (Sistema de Segurança), A5 (Sistema Médico-Hospitalar), A6 (Sistema Educacional), A7 (Outros Serviços e Equipamentos de Apoio), B1 (Serviços e Equipamentos de Hospedagem), B2 (Serviços e Equipamentos de Gastronomia), B3 (Serviços e Equipamentos de Agenciamento), B4 (Serviços e Equipamentos para Transporte), B5 (Serviços e Equipamentos para Eventos), B6 (Serviços e Equipamentos de Lazer e Entretenimento), B7 (Outros



VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
10 e 11 de setembro de 2009 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP
quando a professora fosse fazer a correção dos formulários no sistema, seria possível apagar o que foi alterado e reescrever da maneira como foi corrigido.

Um aspecto de suma importância e que não foi trabalhado de maneira satisfatória no Inventário Turístico de João Pessoa, foi a questão da sensibilização da população local no que diz respeito à importância deste projeto. É necessário que as pessoas da comunidade local tenham conhecimento do que está acontecendo, principalmente os membros do trade e aqueles que serão entrevistados no momento da inventariação. Foi constante a reclamação de alunos pesquisadores que afirmavam que as pessoas não queriam responder os questionários porque não sabiam do que se tratava. Mesmo após a explicação acerca do projeto, do crachá e do fardamento com os símbolos do MTur, Governo do Estado, Governo Municipal e das IES, muitas pessoas ainda se sentiam inseguras para fornecer informações importantes, como CNPJ, número de funcionários e número médio de pacotes turísticos vendidos por ano. Outras se recusavam a responder qualquer pergunta não importando seu conteúdo, o que prejudicava o andamento das pesquisas. Algumas reportagens foram sim, veiculadas nos meios de comunicação de massa, porém, tardiamente, depois que o trabalho de campo já havia sido iniciado. Além disso, foram insuficientes e não conseguiram atingir de maneira efetiva o público-alvo, pois não apelavam para que os pesquisadores fossem bem recebidos. Outro fator negativo deste processo de divulgação foi a publicação de informações incorretas sobre o projeto. Numa das reportagens publicadas em um jornal local, por exemplo, havia a informação de que "técnicos" estariam realizando a pesquisa de campo, e quando os alunos se apresentavam como estudantes de turismo, isto gerava certo receio por parte dos entrevistados.

Um exemplo de sensibilização adequada da população no que diz respeito à pesquisa de campo e ao preenchimento de formulários é a realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em períodos de recenseamento. Neste período, quase toda a população fica avisada a respeito da visita que receberá do recenseador, sendo incentivada a recebê-lo bem.

Para municípios pequenos ou bairros menores, uma boa estratégia de sensibilização pode ser feita através de carros de som que passem veiculando uma mensagem acerca do inventário. Outra boa idéia é o envio de mala direta para as



VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
10 e 11 de setembro de 2009 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP
empresas, informando acerca do projeto de inventário que está sendo desenvolvido. Se a
população estiver informada a respeito do que está ocorrendo na cidade, o trabalho do
aluno pesquisador certamente será facilitado.

O trabalho desenvolvido pelos alunos pesquisadores de João Pessoa era voluntário. A única coisa que os alunos receberam foi o transporte, o fardamento (camiseta, boné e bolsa) e o material de trabalho em campo (água, papéis, prancheta, manuais do MTur, formulários, lápis, borracha e caneta). Isso muitas vezes pode ser considerado um fator desmotivador, uma vez que se tratava de um trabalho exaustivo e que durou em torno de quatro meses para ser concluído<sup>6</sup>. Pode-se dizer que só cerca de um terço dos 150 alunos que iniciaram o estágio no processo, continuaram assíduos até o final. Muitos conseguiram um estágio remunerado em outro local ao longo dos meses do projeto ou se afastaram atraídos por um evento de Olimpíadas Escolares que oferecia um pequeno auxílio financeiro e ocorreu na cidade na mesma época. Outros acharam o trabalho cansativo e não quiseram trabalhar sem ter nenhum tipo de retorno financeiro. Uma pequena bolsa, mesmo que simbólica, possibilitaria um maior vínculo entre o aluno e o projeto.

Durante todo o decorrer do projeto, reuniões entre as professoras orientadoras, a professora coordenadora e os técnicos da Setur eram eventos habituais. Era preciso permanecer em processo constante de planejamento e tomada de decisão acerca das próximas localidades a serem inventariadas, das pendências que eram geradas nos bairros já inventariados, das pesquisas de gabinete, dos ofícios a serem emitidos para órgãos que deveriam auxiliar na pesquisa, etc. Eram muitas as providências a serem tomadas e a comunicação entre todas as partes envolvidas se fazia indispensável.

Através de planejamento antecipado, se decidiu evitar o centro da cidade, área de intenso comércio, no período do Natal, por exemplo. Evitando-se assim, lojas, hotéis e restaurantes lotados, e funcionários sem tempo para responder os formulários. Reservar a inventariação dos *shopping centers* fechados para os dias de chuva é outro exemplo de estratégia positiva. É aconselhável que períodos de chuva constante sejam evitados para a realização dos trabalhos de pesquisa de campo, uma vez que os alunos

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> A pesquisa de campo durou cerca de quatro meses para ser concluída. Até a data de submissão deste artigo, o Inventário de João Pessoa ainda não havia sido finalizado por problemas no sistema informatizado INVTUR. Porém, a parte que era cabida aos alunos pesquisadores já foi concluída.



VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
10 e 11 de setembro de 2009 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP
estarão caminhando pelas ruas portando mapa, papéis, formulários e manuais. Daí a importância de se planejar o projeto inteiro com considerável antecedência.

Com relação ao processo de inserção de dados no INVTUR, alguns problemas também causaram certo atraso nesta etapa do processo. O sistema online, além de exigir uma boa conexão com a Internet, tornava-se muito lento durante a inserção dos dados, o que dificultava o trabalho dos alunos, e gerava alguns problemas no momento de correção pelas professoras orientadoras. Vale salientar, que a quantidade de formulários inseridos (cerca de 3.900), deixava o sistema lento algumas vezes, exigindo um tempo de espera elevado para a abertura dos formulários.

Optou-se pela correção dos dados pelas professoras orientadoras ainda no campo dos alunos, já que apenas neste perfil seria possível, por exemplo, a exclusão de formulários duplicados ou preenchidos incorretamente. A correção dos formulários exigia ainda, em alguns casos, a realização de uma pesquisa complementar para suprir informações não obtidas em campo, que era realizada através de consultas na internet, de ligações telefônicas para os empreendimentos visitados, ou ainda, para instituições diretamente responsáveis pelos dados requisitados (no caso da identificação de prédios tombados por alguma legislação municipal, estadual ou federal, por exemplo).

#### **Considerações Finais**

Como ressaltam Molina e Rodríguez (2001) é praticamente impossível o estabelecimento de uma metodologia única, que sirva para todas as realidades existentes, mas se não existirem regras para o estabelecimento de um processo lógico, os erros podem desencadear altos custos sociais, sendo importante evitá-los. O presente trabalho, levando em consideração as especificidades de cada localidade, procurou organizar adequadamente as experiências vivenciadas neste processo de inventariação, a partir do caso de João Pessoa-PB, com o intuito de minimizar erros futuros em outros inventários, ou permitir uma melhor organização do processo de coleta de dados por parte dos professores e pesquisadores envolvidos.

Dias (2008) destaca que qualquer processo de planejamento para obter sucesso precisa de três itens fundamentais: o apoio da comunidade, uma estrutura política favorável, e a observação e adoção de técnicas adequadas. Sendo assim, é de



VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
10 e 11 de setembro de 2009 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP
fundamental importância que as informações coletadas sejam precisas e confiáveis, e
que as pessoas envolvidas sejam eficientes e estejam devidamente capacitadas.

Foi possível concluir a partir da experiência vivenciada, que a etapa de sensibilização da população local sobre a realização do projeto possui relevante importância para sua melhor execução, garantindo uma maior contribuição e envolvimento da comunidade neste processo.

Além disto, a etapa de planejamento da operacionalização da pesquisa de campo deve ser realizada pelos professores envolvidos, e repassada para os alunos, antes da inserção em campo se tornar efetiva, para que todas as regras estabelecidas sejam conhecidas e respeitadas, evitando problemas futuros nas demais etapas do inventário. Neste sentido, o "mapeamento" prévio mostrou-se fundamental para a execução efetiva da pesquisa de campo, bem como, as reuniões periódicas entre os envolvidos para uma avaliação constante do processo, e para adaptações em sua forma de realização.

Certamente, melhorias nos próprios formulários de coleta de dados (que incluiriam desde a utilização de expressões regionais para a denominação de algumas atividades, até a revisão completa de alguns destes, como no caso dos formulários C2, referentes aos atrativos culturais, que são voltados para atrativos materiais e que não se adéquam a alguns casos de atrativos culturais imateriais), e no sistema *online* INVTUR, ainda precisam ser efetivadas para um aumento da eficácia desta etapa de planejamento.

Contudo, este trabalho teve apenas a intenção de proporcionar uma discussão inicial sobre o processo de inventariação para que possíveis aperfeiçoamentos sejam realizados, focalizando-se, sobretudo, na metodologia adotada para a coleta de dados *in loco*, não tendo a pretensão de esgotar o assunto.

### Referências

BRAGA, D. C. **Planejamento Turístico: Teoria e Prática.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

DIAS, R. Planejamento do Turismo: Política e Desenvolvimento do Turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2008.

MOLINA, S.; RODÍGUEZ, S. Planejamento Integral do Turismo: um enfoque para a América Latina. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

MTUR. **Projeto de Inventário da Oferta Turística.** Brasília: Ministério do Turismo, 2006.